

**R**EPRESENTANTES de empresas portuguesas afirmaram em Maputo que estão a atravessar, neste momento, «um período extremamente difícil».

Aqueles elementos, que faziam a título individual, adiantaram que grande parte dessas dificuldades se deve à não abertura da linha de crédito há muito esperada, situação que — acrescentaram — «bloqueia totalmente a actividade das empresas portuguesas e não se vê solução a curto prazo».

Estas declarações surgiram quando alguns dos empresários foram instados a pronunciarem-se sobre o eventual apoio monetário para a construção e funcionamento de uma escola destinada à comunidade portuguesa em Maputo, acção que, segundo alguns, cabe ao Executivo de Lisboa, pois «é o Governo português que tem a responsabilidade de cumprir as responsabilidades assumidas», e, por outro lado, «as empresas portuguesas não são o Pai Natal».

Mas, a polémica sobre a escola passou largamente o sector empresarial, tendo despoletado críticas severas a Lisboa por parte dos cooperantes que, respondendo a uma convocação feita através de um anúncio na Imprensa local, se reuniram em número bastante elevado.

A centena de pais reunidos decidiram enviar telegramas aos responsáveis portugueses por não terem aplicado ainda a portaria que criava, em 1983, uma escola na capital moçambicana para o ensino das crianças portuguesas.

Um dos pais ali presentes, salientou, nomeadamente, que «há uma responsabilidade do Governo português perante a comunidade portuguesa. As leis são para se cumprir e o Governo português, primeiro do que ninguém, deve cumprilas».

Outro português sublinhou o facto de a portaria em questão ser assinada por três ministérios, pelo que a «responsabilidade da construção da escola deve ser assumida».

# EMPRESAS PORTUGUESAS PASSAM EM *Correio da Manhã 24/6/84* MOÇAMBIQUE UM "PERÍODO DIFÍCIL"

Críticas severas mereceu também a sugestão da formação de uma cooperativa de ensino, transmitida há algumas semanas em Maputo por um representante governamental e técnico superior do Ministério da Educação.

De acordo com essa sugestão, e ao abrigo da legislação cooperativa existente, o Governo subsidiaria parte da escola, cujo custo foi avaliado em termos gerais, em 40 mil contos.

A primeira grande dúvida sobre a viabilidade dessa cooperativa foi a do Governo moçambicano não autorizar cooperativas de ensino. Um outro óbice apontado foi o facto desta comunidade ser em grande parte constituída por cooperantes que ape-

nas permanecem em Moçambique um a dois anos, pelo que não faria sentido contribuírem para uma cooperativa.

Uma outra pergunta, a que ninguém parece saber responder, é quanto custará aos encarregados de educação o ensino de um filho em tal escola, ou ainda se o pagamento se fará em meticais (moeda moçambicana) ou em divisas.

Um dos pais afirmou que ainda que o Estado financiasse essa cooperativa em 75 por cento caberia à comunidade portuguesa juntar dez mil contos. «Onde os iríamos buscar, tanto mais que teríamos de importar todos os materiais de construção, nomeadamente cimento?», perguntou.